

O tesouro sob nossos pés

Gabriel Barros

Economista-chefe da ARX Investimentos¹

A corrida global por minerais estratégicos já ocupa, no século XXI, o lugar que o petróleo teve no século passado. Eles são insumos críticos para a transição energética, para a digitalização e para a indústria de defesa. Em um mundo mais fragmentado, no qual cadeias produtivas passaram a ser redesenhadas sob critérios de segurança, resiliência e alinhamento geopolítico, o acesso a esses recursos tornou-se ativo de poder.

Estados Unidos, Europa e China já tratam o tema como prioridade estratégica. Washington mobiliza política industrial para reduzir dependências externas; Bruxelas tenta acelerar extração, processamento e reciclagem; Pequim consolidou, ao longo de décadas, uma posição dominante sobretudo nas etapas de refino. O ponto central é claro: não basta ter a reserva, é preciso controlar os elos mais valiosos da cadeia.

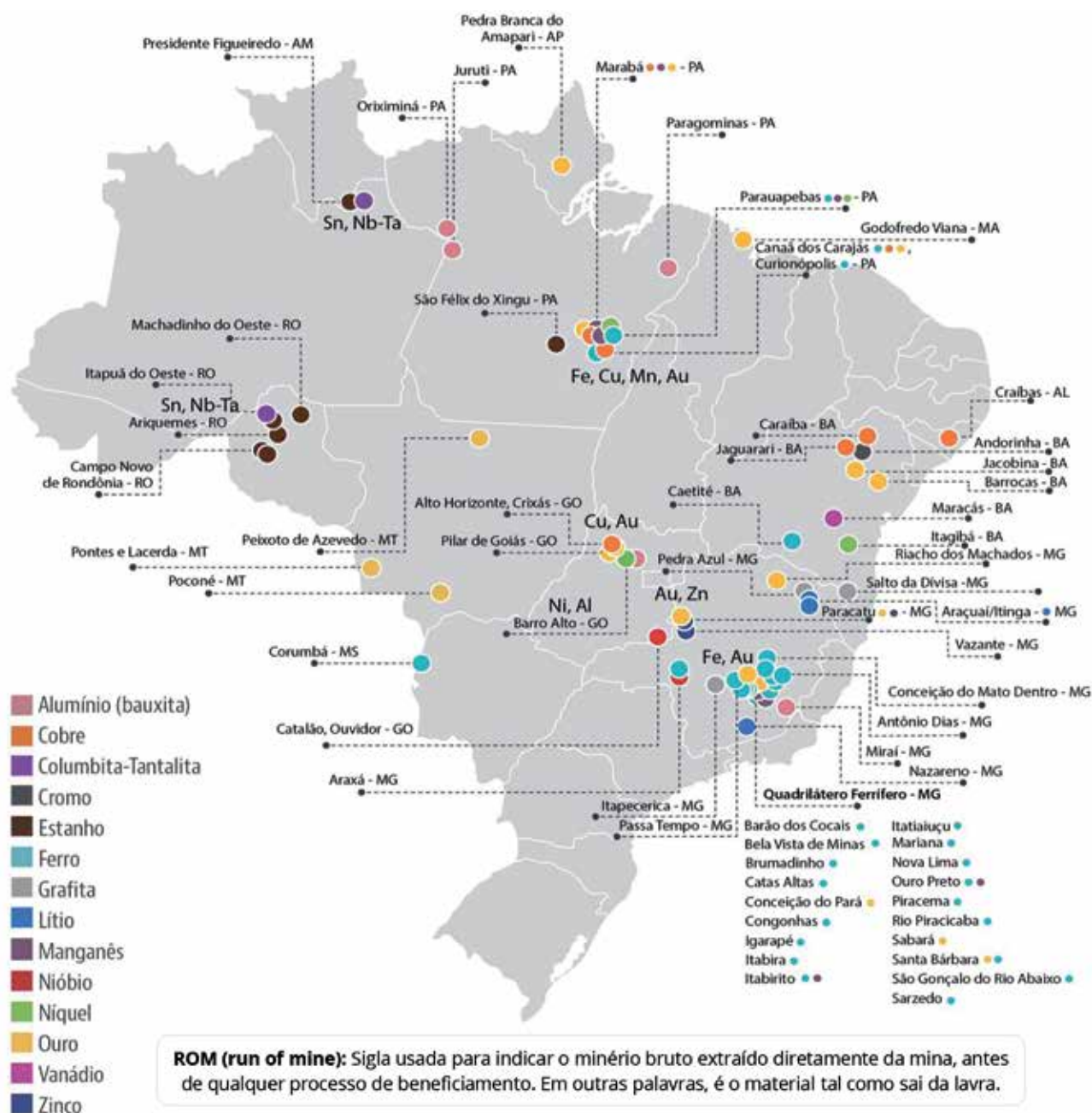
É nesse rearranjo que o Brasil ganha relevância. O país reúne

algumas das maiores reservas do mundo em minerais estratégicos, com destaque para nióbio, terras raras, níquel, grafite e lítio. No caso das terras raras, a posição é especialmente promissora: o Brasil aparece entre os maiores detentores globais de reservas, em um mercado altamente concentrado e sensível a disputas geopolíticas. A oportunidade, portanto, é real. Mas transformar geologia em desenvolvimento exige mais do que abundância natural.

O desafio brasileiro é evitar que essa nova fronteira mineral reproduza um velho padrão: exportar riqueza bruta e importar valor agregado. Essa é a essência do risco de doença holandesa: ganhos externos de curto prazo convivendo com perda de densidade industrial no longo prazo. O país já conhece esse roteiro em diferentes setores. A questão agora é se conseguirá usá-lo a seu favor.

Nas últimas décadas, o setor mineral brasileiro avançou em

Mapa das principais minas de substâncias metálicas e grafitas no Brasil - 2024 (ANM)



Fonte: Anuário mineral brasileiro 2025 - Agência Nacional de Mineração.

produção e integração comercial, mas permaneceu concentrado em etapas primárias. Mesmo com iniciativas mais recentes para reconhecer o caráter estratégico de minerais críticos, o país ainda carece de escala em processa-

mento, refino e transformação industrial. Também não por acaso, muitas empresas com atuação local dependem de capital estrangeiro para expandir projetos, especialmente entre as mineradoras juniores, o que reduz a capacida-

de de retenção doméstica de valor ao longo da cadeia.

É nesse contexto que o PL 2.780/2024, aprovado na Câmara e agora em análise no Senado, ganha importância. O projeto parte de um diagnóstico correto:



a vantagem geológica do Brasil só fará diferença econômica se vier acompanhada de industrialização, financiamento e previsibilidade regulatória. O mérito da proposta é reconhecer o tema como estratégico. O problema está no desenho. Ao ampliar a discricionariedade estatal sobre projetos e decisões empresariais, o texto corre o risco de elevar burocracia, insegurança jurídica e custo de capital justamente em um setor intensivo em prazo longo, tecnologia e investimento.

A experiência latino-americana mostra os dois extremos a evitar. Modelos excessivamente fechados e centralizados tendem a produzir atraso e baixa execução. Modelos abertos, mas limitados à exportação de *commodities*, geram estabilidade e renda, porém pouco avanço nas etapas mais sofisticadas da cadeia. O Brasil precisa escapar de ambos. Sua estratégia deveria combinar atração de investimento, transferência de tecnologia, exigências factíveis de agregação de valor e inserção competitiva nos elos em que o país pode, de fato, construir vantagem.

A referência útil não é a fantasia de internalizar toda a cadeia, mas o modelo de construir competência nos segmentos mais nobres dela. Foi assim que a Embraer se tornou competitiva sem

verticalizar tudo. No caso dos minerais, isso significa usar a base de recursos como instrumento para atrair processamento químico, materiais avançados, componentes industriais e conhecimento produtivo. O Brasil tem ativos para isso. O que ainda falta é transformar a abundância em estratégia de Estado, sem confundir coordenação com intervencionismo improdutivo.

A janela histórica está aberta. Em um mundo que volta a premiar geografia, segurança de suprimento e recursos críticos, poucos países combinam a escala, a diversidade mineral e a posição relativa do Brasil. Mas vantagem potencial não se converte sozinha em prosperidade. Se repetir o padrão extrativista, o país desperdiçará mais uma oportunidade. Se acertar o desenho institucional, poderá transformar um tesouro geológico em plataforma de desenvolvimento, produtividade e poder econômico. ▼

¹O autor agradece Cleo Olímpio e Matheus Caliano, ambos integrantes da equipe econômica da ARX Investimentos, pelas contribuições. Naturalmente, todo e qualquer erro ou omissão é de inteira responsabilidade do autor.

O texto não reflete necessariamente as opiniões da empresa.

Gabriel Barros escreve a cada bimestre.